



ESCOLA SUPERIOR DE HOTELARIA E TURISMO DE INHAMBANE

**EFEITOS DAS POLÍTICAS CAMBIAIS PARA O DESENVOLVIMENTO
DO TURISMO**

Eliud Mtailuka

Inhambane; 2016

Eliud Mtailuka

Efeito das políticas cambiais para desenvolvimento do Turismo.

Monografia apresentada à Escola Superior de Hotelaria e Turismo de Inhambane (ESHTI) como um dos requisitos para a obtenção do grau de Licenciatura em Gestão de Mercados Turísticos

Supervisor: dr. Adão Manuel.

Inhambane, 2016

DECLARAÇÃO

Declaro que este trabalho de fim do curso é resultado da minha investigação pessoal, que todas as fontes estão devidamente referenciadas, e que nunca foi apresentado para a obtenção de qualquer grau nesta Universidade, Escola ou em qualquer outra instituição.

Assinatura

(Eliud Mtailuka)

Data: ____/____/____

Eliud Mtailuka

Efeito das Políticas Cambiais para Desenvolvimento do Turismo.

Monografia avaliada como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciatura em Gestão de Mercados Turísticos pela Escola Superior de Hotelaria e Turismo de Inhambane – ESHTI.

Inhambane, Novembro de 2016

Grau e Nome completo do Presidente

Rúbrica

Grau e Nome completo do Supervisor

Rúbrica

Grau e Nome completo do Oponente

Rúbrica

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao meu falecido pai dr. Edward Erenest, que criou a base do alcance deste grande sonho. O seu esforço durante pouco tempo da sua vida não foi em vão, mas deu este tão grande sucesso, (Actos 13:36).

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que directa ou indirectamente apoiaram para materialização deste trabalho, em especial à minha mãe (AnnaJoyce Emmanuel), minha irmã e meu irmão que sempre têm estado comigo nos momentos da alegria e tristeza.

Ao meu supervisor, dr. Adão Manuel pela sua dedicação, firme e incondicional em me orientar durante o desenvolvimento deste trabalho. Ao corpo de docentes da Escola Superior de Hotelaria e Turismo em especial, dr. Djemilio, dr. Fanulindo, dra. Leyd, dr. Said, dr. Macaringue, Dr. Helsio, dr. Daniel, dr. Benhane, dr. Belchor, dr. Pelagio, dr. Pinto, dra. Maria Albertina, dr. Bande, Eng. Cumbe, dr. Tomo e dr. Zico; através dos seus esforços consegui concluir a minha formação em turismo.

Aos meus colegas de turma de GMT (2013), que sempre estiveram partilhando comigo momentos académicos e convívio social, em especial aos colegas, Jogues, Rita, Telma, Dercénio, Juvenal, Edson, Edmercio, Traimo, Nelson, Hélder, Elder, Celso e Amélia.

Aos meus amigos, Thabit, Meleck, Zena, Francis, Erica, Joseph, Issa, Crisstopher, Aneth, Joram, Richard, Eugénio, Timothy, Paul, Baraka, Florence, Steve, Rozina, Onesmo, Idd, Filbert, Yusuph e Abdallah, por apoiarem na minha vida académica e social nos momentos difíceis e alegres.

O meu muito obrigado, vai aos governos da Republica Unida de Tanzânia e Republica de Moçambique por me dar oportunidade de realizar a minha licenciatura em Gestão de Mercado Turístico, sob o programa de intercâmbio dos estudantes. De igual modo agradeço ao instituto de bolsa de estudo da Tanzânia (HESLB) por financiar meus estudos em todos os quatro anos de formação.

RESUMO

Esta monografia pretende examinar a influência das políticas cambiais no desenvolvimento do turismo, analisando a sensibilidade dos fluxos turísticos às diversas formas de fixação das taxas de câmbio. A materialização deste trabalho fundamentou-se numa pesquisa bibliográfica, na qual, consultou-se diversas obras científicas que abordam o tema. A natureza das actividades turísticas envolve o movimento das pessoas e em alguns momentos esses movimentos são de carácter internacional quando os turistas atravessam as fronteiras dos seus países, indo aos destinos estrangeiros. Por esse motivo, o planeamento de desenvolvimento do turismo, requer também o domínio do sistema cambial, para poder estabelecer políticas cambiais que favorecem o crescimento do turismo. Os resultados deste trabalho demonstraram que, a política de desvalorização pode estimular o aumento dos fluxos receptores no determinado destino.

Palavras-chave: política cambial, desenvolvimento do turismo e países receptores.

LISTA DE ABREVIATURAS.

EUA- Estado Unido da América

GMT - Gestão de Mercado Turístico

HESLB- Higher Education Student's Loan Board

INE- Instituto Nacional de Estatística

OMT- Organização Mundial de Turismo

UNWTO - United Nations World's Tourism Organization

LISTA DOS QUADROS

Quadro 1 Regimes cambiais	10
Quadro 2 Características, vantagens e desvantagens dos regimes cambiais	11
Quadro 3 Principais países emissores ao Brasil 2012 – 2013	20

LISTAS DE GRÁFICOS

Gráfico 1 Chegadas e noites dos turistas em Eslovénia (2007 – 2014)	19
Gráfico 2 Chegadas dos turistas em Moçambique (2013 – 2015)	21
Gráfico 3 Inflação dos preços em Moçambique (2014 – 2015)	22

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: taxa de câmbio flexível	09
Figura 2: taxa de câmbio fixa	10
Figura 3: Taxa de câmbio semi-fixa ou mista	10

GLOSSÁRIO

Balança de Pagamento – É conjunto de contas que quantifica todas as transacções económicas entre um país e o resto do mundo.

País emissor – É aquele que produz fluxo ou corrente turística em direcção ao outro lugar que tem recursos e ofertas para atrair tal corrente.

País receptor – É aquele que possui conjunto de recursos e ofertas turísticas para satisfazer as necessidades dos turistas.

CONTEÚDO

1. INTRODUÇÃO	1
1.1. Objectivos	2
1.2. Justificativa	2
1.3. Metodologia	3
2. REVISÃO DA LITERATURA.	5
2.1. Turismo.....	5
2.2. Tipos de turismo	5
2.3. Desenvolvimento do turismo	6
2.4. Factores para o desenvolvimento do turismo.....	6
2.5. Taxa de câmbio	7
2.6. Sistema de fixação das taxas de câmbio	8
2.7. Paridade do poder de compra e taxas de câmbio	11
2.8. Características, Vantagens e Desvantagens de regimes cambiais.	11
2.9. União monetária	13
2.10. Desvalorização e valorização das taxas de câmbio	14
2.11. Impacto de desvalorização e valorização das taxas de câmbio para o desenvolvimento do turismo.....	15
2.12. Impacto das taxas fixas, flutuantes e união monetária para o desenvolvimento do turismo.....	17
3. EXEMPLOS DOS EFEITOS DAS POLÍTICAS CAMBIAIS PARA DESENVOLVIMENTO DO TURISMO.....	18
4. CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÃO	23
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	25

1. INTRODUÇÃO

O turismo concebe-se no conjunto de amplas relações, apresentado interacções com o meio ambiente económico, jurídico, social, político, ecológico e tecnológico. Segundo a Organização Mundial do Turismo, OMT (2001), turismo é uma actividade económico com efeito multiplicador no crescimento económico. Por sua vez, Cunha (2013) acrescenta que o turismo funciona como o motor de desenvolvimento económico e, gerador de renda nas diversas actividades económicas.

Araújo (2009), estabelece uma relação entre as actividades económicas e as políticas cambiais, destacando as variações cambiais e o seu resultado na economia. Por outro lado Marcolino (2015) afirma que, as taxas de câmbio possuem um papel importante no crescimento económico pois, possibilitam a comparação dos preços de bens e serviços de um país com outros.

O turismo como uma actividade económica que envolve o movimento das pessoas de um país ao outro, caracteriza-se pela aplicação das moedas dos países diferentes. Por essa razão, exige-se o conhecimento das políticas cambiais uma vez que, funcionam como reguladoras de troca das moedas. Este trabalho, procura compreender as consequências das políticas cambiais no desenvolvimento do turismo a partir da revisão bibliográfica baseada nos livros e documentos científicos que respondem a questão em pesquisa. A informação dada neste trabalho, pode auxiliar na elaboração das políticas cambiais e criação das cooperações monetárias em várias regiões do mundo.

O presente trabalho está dividido em cinco capítulos que são; (I) Introdução, onde fez-se breve apresentação do tema, seguido por objectivos geral e específicos, justificativa e por fim metodologia usada para realização do trabalho; (II) Revisão de literatura, onde se apresentou diversos pontos de vista dos autores que abordam o desenvolvimento do turismo e as políticas cambiais; (III) Apresentação de exemplos, onde fez-se a menção das consequências das políticas cambiais no turismo em alguns países; (IV) Conclusão e por fim; (VI) Referências Bibliográficas.

1.1. Objectivos

Geral: Compreender a influência dos regimes cambiais para desenvolvimento do turismo

Específicos:

1. Conceptualizar o desenvolvimento do turismo;
2. Identificar as tipologias e características dos regimes cambiais;
3. Demonstrar o papel dos regimes cambiais para desenvolvimento do turismo

1.2. Justificativa

A Organização Mundial de Turismo, OMT (2003), afirma que a relação explícita entre as moedas dos países emissores e receptores cria um factor importante na determinação do fluxo da demanda turística. Por sua vez, Swarbrooke e Horner (2002), confirmam que as taxas de câmbio determinam o comportamento do turista por exercer impactos sobre os custos dos serviços turísticos. Na sua óptica Lage e Milone (2001) acrescentam que, “a variação da taxa de câmbio é crucial para o turismo de um país”.

A relação cambial entre os países emissores e receptores pode incentivar ou desincentivar os movimentos e gastos turísticos num determinado destino. Conforme De vita (2014), a desvalorização da moeda de um determinado país torna o turismo internacional receptivo menos caro e como resultado estimula os movimentos turísticos a esse país. Ao contrario a valorização da moeda de um determinado país torna o turismo emissor internacional mais caro e desincentiva os movimentos turísticos a esse países. No outro ponto de vista, Yap (2011) afirma que, a apreciação da moeda de um determinado país pode não trazer mesmas consequências em todos os segmentos da demanda turística.

Por esses pontos de vista, a escolha de qualquer política cambial num determinado destino, pode resultar a mudança nos movimentos e gastos turísticos nesse país. Nesta perspectiva percebe-se que as políticas cambiais apresentam impactos notáveis no desenvolvimento turismo, mas mesmo assim ainda não se anota pesquisas suficientes nessa área como afirma De vita (2014:226), “apesar das taxas de câmbio terem influência nos fluxos turísticos internacionais, ainda não existem pesquisas nessa área.” Por outro lado, Samuelson (2010:549) demonstra a necessidade de se aprofundar nas pesquisas ligadas às taxas de câmbio, afirmando que:

As empresas e os turistas não precisam de saber mais que a convenção de quantificar as taxas de câmbio como o montante de moeda estrangeira que pode ser comprada com uma unidade da moeda do país, mas para dominar a

economia das taxas de câmbio, precisa-se analisar as forças que estão subjacentes à oferta e à procura de moedas estrangeiras e o funcionamento do mercado cambial.

Neste contexto, surge a necessidade de realizar tantos estudos académicos e científicos para poder inter-relacionar as actividades turísticas com as políticas cambiais. O presente trabalho aborda os efeitos das políticas cambiais para o desenvolvimento do turismo, o que pode auxiliar às instituições financeiras na definição das taxas de câmbio e, aos governos dos países membros das cooperações internacionais quando estabelecem união monetária. Serve também como base para outras pesquisas científicas ligadas à área económica.

1.3. Metodologia

O presente trabalho classifica-se como uma pesquisa exploratória quanto aos seus objectivos e, pesquisa bibliográfica quanto aos procedimentos e técnicas usadas para a sua elaboração. Segundo Gil (1999), pesquisas exploratórias são desenvolvidas com objectivo de proporcionar uma visão geral, de tipo aproximativo, acerca de um facto determinado. As pesquisas exploratórias são focadas nos levantamentos bibliográficos e documentais. Por outro lado, Dencker (2002), considera pesquisa bibliográfica como pesquisa desenvolvida a partir das matérias já elaboradas, fazendo a revisão de literatura dos livros e artigos científicos existentes.

Para elaboração do presente trabalho, seguiu-se as etapas da pesquisa bibliográfica conforme o modelo de Gil (1999). Esta, divide-se em seis etapas que são; formulação do tema, elaboração do plano de trabalho, identificação das fontes e obtenção do material, leitura do material, construção lógica do trabalho e por fim, redacção do relatório final. As seis etapas são apresentadas a seguir:

1. Formulação do tema.

Esta etapa começou-se pela reflexão de várias políticas económicas que possuem efeitos no desenvolvimento do turismo e, seguiu-se pela leitura das diferentes obras científicas para adquirir uma visão global sobre elas. Após a leitura global escolheu-se o tema a ser abordado baseando nas políticas económicas menos pesquisadas na área do turismo.

Construiu-se também o título do trabalho expressando assunto em pesquisa e formulou-se objectivos a serem respondidos.

2. Elaboração do plano de trabalho.

Nesta etapa, elaborou-se o calendário da realização do trabalho destacando os dias de levantamento do material, leitura e análise de informação obtida e por fim, redacção do texto. Destacou-se também os dias de contactos com o supervisor.

3. Identificação das fontes e obtenção do material.

Nesta etapa, consultou-se livros e artigos científicos publicados por vários autores e seleccionou-se os que contêm informações susceptíveis na fundamentação do trabalho. Os livros e artigos científicos consultados foram adquiridos nas bibliotecas físicas e virtuais.

4. Leitura do material.

Nesta etapa, fez-se uma leitura selectiva e analítica das obras seleccionadas na fase anterior, compreendendo os diversos pensamentos dos autores sobre o tema pesquisado. Escolheu-se também as ideias relevantes que suportam a revisão teórica do trabalho.

5. Construção lógica do trabalho.

Nesta etapa, organizou-se as ideias dos autores sobre o tema pesquisado de acordo com os objectivos traçados.

6. Redacção do relatório final de trabalho.

Esta etapa constituiu-se na apresentação dos resultados, digitalizando-os em forma do texto com recurso informático de *Microsoft Word 2007*. A constituição do relatório final seguiu as regras da elaboração dos trabalhos científicos, tendo em conta guião da elaboração e apresentação dos trabalhos científicos da Escola Superior de Hotelaria e Turismo de Inhambane.

2. REVISÃO DA LITERATURA.

2.1. Turismo

Segundo Mathieson y Wall (1982) citado por OMT (2001:38), turismo compreende-se como o movimento provisório das pessoas, por períodos inferiores a um ano, para destinos fora do lugar de residência e de trabalho, as actividades empreendidas durante a estada e as facilidades são criadas para satisfazer as necessidades dos turistas. Nesta perspectiva, o turismo abrange diversos prestadores dos serviços e torna-se uma actividade multiplicadora da economia, como afirma Ignarra (2003:14):

O turismo é uma combinação de actividades, serviços e indústrias que se relacionam com a realização de uma viagem: transportes, alojamento, serviços de alimentação, lojas, espectáculos, instalações para actividades diversas e outros serviços receptivos disponíveis para indivíduos ou grupos que viajam para fora de casa. O turismo engloba todos os prestadores de serviços para os visitantes ou para os relacionados com eles. O turismo é toda uma indústria mundial das viagens, hotéis, transportes e todos os demais componentes, incluindo o marketing turístico, que atende as necessidades e desejos dos visitantes. Do ponto de vista estritamente económico, pode-se dizer que ele é a soma total dos gastos turísticos dentro de um país, subdivisão política ou região económica centrada no deslocamento de pessoas entre áreas contíguas. Neste conceito, são também considerados os efeitos multiplicadores destes gastos.

Com essas afirmações, anota-se que o turismo envolve um conjunto das actividades económicas com carácter de intercâmbio internacional, que pode exigir o uso das moedas dos países diferentes.

2.2. Tipos de turismo

Na óptica de Ignarra (2003), a classificação do turismo pode ser resumida em duas categorias que são: amplitude da viagem e direcção do fluxo turístico. De acordo com a amplitude das viagens, Ignarra apresenta quatro tipologias do turismo que são;

- ❖ Turismo local: quando ocorre entre municípios vizinhos;
- ❖ Turismo regional: quando ocorre em locais em torno de 200 ou 300 km de distância da residência do turista;
- ❖ Turismo doméstico: quando ocorre dentro do país de residência do turista e;
- ❖ Turismo internacional: quando ocorre fora do país de residência do turista (intracontinental ou intercontinental).

Conforme a direcção do fluxo turístico, Ignarra apresenta-o como;

- ❖ Turismo emissivo: fluxo de saída de turistas que residem em uma localidade;
- ❖ Turismo receptivo: fluxo de entrada de turistas que residem em um determinado local.

Nessa óptica, o turismo receptivo e o emissivo podem apresentar o carácter internacional quando os turistas viajam fora dos seus países. Uma vez que as viagens internacionais ocorrem entre nações com moedas diferentes, a taxa de câmbio serve como o preço em que uma moeda é negociada por outra.

2.3. Desenvolvimento do turismo

Motomura (1995:15) citado por Ruschmann (2004:169), confirma que as tendências não são obras do acaso, são construídas, porém o turismo como uma actividade económica, o seu crescimento exige um planeamento sustentável baseado nas políticas do desenvolvimento que solicitam todos os campos da área económica. Por sua vez, Mahmoudinia *et al* (2011) afirmam que, existe uma integração entre o desenvolvimento económico e o de turismo e, as políticas económicas devem reflectir o crescimento do sector turístico assim como as do turismo devem se constar no âmbito económico. Por outro lado, OMT (1980) citado por Montejano (2001:112) demonstra que, o desenvolvimento do turismo possui alguns efeitos nas taxas de câmbio estabelecidas em um determinado destino.

Nessa perspectiva, anota-se que o desenvolvimento do turismo é influenciado pelas políticas económicas dos países emissores e receptores, considerando mais as políticas cambiais.

2.4. Factores para o desenvolvimento do turismo

Segundo Lage e Milone (2001), factores que influenciam a deslocação dos turistas são;

- ❖ Preços dos produtos turísticos;
- ❖ Preços dos outros bens e serviços;
- ❖ Nível de renda dos turistas;
- ❖ Gostos dos turistas.

Na óptica de Lage e Milone (2001), observa-se que quando o poder aquisitivo dos turistas é alto, aumenta-se o volume dos produtos demandados. É nessa perspectiva onde se cruza com a definição das políticas cambiais, pois, elas influenciam na inconstância do poder aquisitivo dos turistas internacionais.

Por sua vez, OMT (2001) aborda os factores económicos que condicionam a decisão de viajar, mencionando os seguintes:

- ❖ Nível da renda disponível;
- ❖ Nível dos preços;
- ❖ Política fiscal e controle dos gastos em turismo;
- ❖ Financiamento;
- ❖ Taxa de câmbio.

A abordagem de OMT, voltou demonstrando a importância do poder aquisitivo dos turistas como determinante na tomada de decisão em visitar um determinado destino, o que em algum momento é influenciado pelas políticas cambiais. A OMT especificou também a questão de taxa de câmbio afirmando que, a fortaleza da moeda dum país emissor, favorece os fluxos turísticos aos destinos com fracas moedas.

2.5. Taxa de câmbio

Existe uma relação recíproca entre as moedas dos países diferentes, o que permite a execução de compra e venda dos produtos nos mercados estrangeiros. Por exemplo, uma empresa moçambicana que quer comprar suas matérias-primas na África do Sul, precisa de adquirir a moeda sul-africana para poder executar o pagamento das suas compras.

Segundo Samuelson (2010), a taxa de câmbio é o preço de uma moeda em termos de outra moeda e é determinada no mercado cambial que é o mercado em que se transaccionam as diferentes moedas. Mochón (2007:223), considera a taxa de câmbio como “número de unidades da moeda nacional que se deve entregar para obter uma unidade de moeda estrangeira”. Já Rossetti (2009:895) coloca uma outra vista à taxa de câmbio, definindo-a como:

O preço pago pelos produtos importados, o preço recebido pelos produtos exportados, a quantidade de moeda corrente nacional recebida em contrapartida às divisas trazidas pelo país, a quantidade de divisas adquiridas pela conversão da moeda corrente, para liquidação de compromissos no exterior ou remessas de rendimentos.

Nesta visão, a taxa de câmbio pode-se considerar como preço relativo que reflecte a competitividade do país em relação aos outros países.

Lage e Milone (2001:144) trazem uma definição ligada ao turismo quando afirmam que:

Devemos, ainda, ressaltar que nas relações económicas internacionais pelo envolvimento comercial das viagens e do turismo entre os diversos países, quando existe a presença de duas moedas diferentes, é necessário que se fixe uma relação de troca entre elas, que é chamada taxa de câmbio.

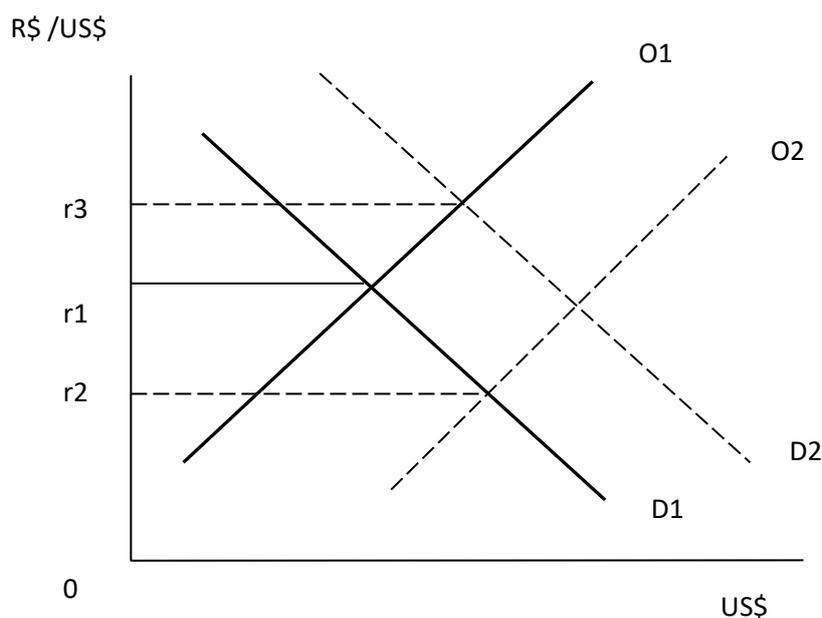
2.6. Sistema de fixação das taxas de câmbio

A classificação das taxas de câmbio baseia-se na volatilidade existente durante a troca das moedas dos países diferentes; Mochón (2007) e Samuelson (2010), agrupam as taxas de câmbio em três principais sistemas da sua determinação e são:

❖ Taxa de câmbio flexível

Num sistema de taxas de câmbio flexível, a taxa de câmbio depende exclusivamente do jogo entre demanda e oferta de divisas. Quando a taxa de cambio não compatibiliza os desejos de demandantes e ofertantes de divisas, o surgimento de um excesso de oferta que pressiona a taxa para baixo (considera-se como apreciação da moeda) ou de um excesso de demanda que a força para cima (considera-se como depreciação da moeda) fará com que ela, livremente e sem nenhum tipo de intervenção por parte do banco central, alcance o equilíbrio.

Figura 1: taxa de câmbio flexível

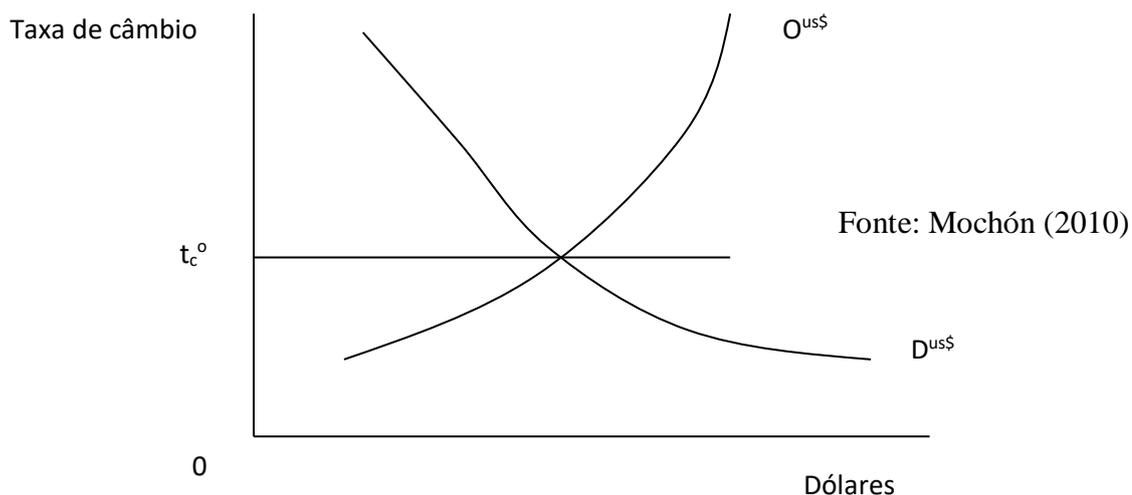


Fonte: Dos Reis (2006).

❖ Taxa de câmbio fixa

Sob um sistema de taxas de câmbio fixas, o banco central determina rigidamente a taxa de câmbio, e a mantém em um nível fixo, à margem do jogo de oferta e a demanda de divisas. Neste sistema, quando o mercado tende a situar a taxa de câmbio em um valor distinto do estabelecido, o banco central intervém comprando ou vendendo moedas estrangeiras.

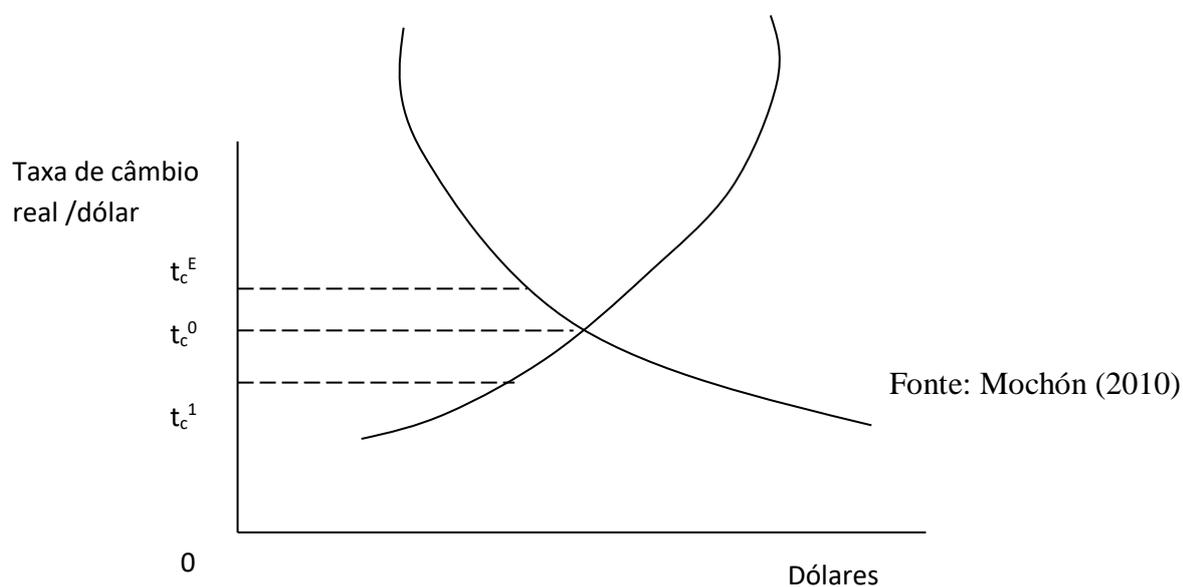
Figura 2: Taxa de câmbio fixa



❖ Taxa de câmbio semi-fixa ou mista

O sistema de taxa de câmbio semi-fixa define-se como um meio-termo entre o sistema de flutuação e o de taxas fixas permite-se certo grau de flexibilidade à taxa de câmbio, dentro de limites predeterminados. Nesse regime cambial, os bancos centrais são obrigados a intervir para evitar uma flutuação excessiva da taxa de câmbio em relação à paridade central ou taxa de câmbio oficial.

Figura 3: taxa de câmbio semi-fixa



Conforme Araújo (2009), os regimes cambiais podem se dividir em três grupos principais, designados como: arranjos fixos, intermediários e flutuantes sendo apresentados na tabela seguinte;

Quadro 1: Regimes cambiais

<p>I. Arranjos Fixos:</p> <p>a) Uniões monetárias;</p> <p>b) Dolarização;</p> <p>c) Conselho da moeda (<i>Currency boards</i>);</p> <p>d) Câmbio fixo.</p>
<p>II. Arranjos Intermediários</p> <p>a) Fixos ajustáveis (<i>Adjustable pegs</i>);</p> <p>b) Mini desvalorizações (<i>Crawling pegs</i>);</p> <p>c) Fixo a uma cesta de moedas (<i>Basket pegs</i>);</p> <p>d) Zonas-alvo ou sistema de bandas cambiais (<i>Target zone or bands</i>).</p>
<p>III. Arranjos Flutuantes</p> <p>a) Flutuante administrado;</p> <p>b) Livre flutuação.</p>

Fonte: Araújo (2009).

De vita (2014) divide o regime cambial em seis camadas baseando na relação cambial entre os países emissores e receptores como se apresenta abaixo;

- ❖ Moeda única: quando o país emissor e o receptor se encontram numa união monetária;
- ❖ Fixa – fixa: quando o país emissor e o receptor fixam as suas taxas de câmbio;
- ❖ Moeda única – flutuante: quando um dos países (emissor ou receptor) encontra-se numa união monetária enquanto o outro flutua as suas taxas de câmbio;
- ❖ Moeda única – fixa: quando um dos países (emissor ou receptor) encontra-se numa união monetária enquanto o outro fixa as suas taxas de câmbio;
- ❖ Fixa – flutuante: quando um dos países (emissor e receptor) fixa a taxa de câmbio da sua moeda enquanto o outro flutua-a;
- ❖ Flutuante – flutuante: quando ambos países (emissor e receptor) flutuam as suas taxas de câmbio.

2.7. Paridade do poder de compra e taxas de câmbio

Na óptica da teoria de paridade de poder de compra, as taxas de câmbio são fixadas considerando os preços dos produtos importados dos países estrangeiros ou, o preço de venda dos produtos num país, deve-se igualar aos preços cobrados nos outros países. Conforme Samuelson (2010:552):

No curto prazo, as taxas de câmbio determinadas pelo mercado são altamente voláteis em resposta à política monetária, a acontecimentos políticos e a mudanças das expectativas. Mas no longo prazo, as taxas de câmbio são determinadas principalmente pelos preços relativos dos bens dos vários países.

2.8. Características, Vantagens e Desvantagens de regimes cambiais.

Araújo (2009), apresenta as características, vantagens e desvantagens dos regimes cambiais, agrupando-os nos arranjos fixos, intermediários e flutuantes como se apresentam no quadro abaixo:

Quadro 2: Características, Vantagens e Desvantagens de regimes cambiais.

	Características	Vantagens	Desvantagens
Arranjos fixos	<ul style="list-style-type: none"> ❖ As autoridades monetárias determinam o valor de taxa de câmbio, comprometendo-se a comprar e vender divisas; ❖ O banco central deve aceitar perdas de grau de liberdade da política monetária, ❖ O banco central precisa dispor de reservas internacionais para intervir no mercado 	<ul style="list-style-type: none"> ❖ A credibilidade é maximizada sob este regime; ❖ As autoridades monetárias não têm escopo para surpreender o público; ❖ O país pode importar credibilidade ao fixar o valor de sua moeda a uma moeda forte; ❖ A disciplina fiscal pode ser conquistada em 	<ul style="list-style-type: none"> ❖ O sistema não é flexível, de modo que os choques externos devem ser absorvidos totalmente pela economia real; ❖ O banco central perde o seu papel de prestador de última instância; ❖ O país perde a capacidade de fazer política

	<p>de câmbio e garantir a manutenção da paridade fixa;</p> <ul style="list-style-type: none"> ❖ Outros instrumentos precisam ser accionados para corrigir os desequilíbrios entre oferta e demanda por moeda. 	<p>virtude de limites impostos às emissões;</p> <ul style="list-style-type: none"> ❖ O controlo da inflação pode ser alcançado mediante uma âncora cambial; ❖ São evitadas as incertezas à taxa de câmbio. 	<p>monetária independente;</p> <ul style="list-style-type: none"> ❖ O desalinhamento cambial tende a aparecer mais frequentemente nesses regimes; ❖ O país tem a necessidade de acumular reservas cambiais.
Arranjos intermediários	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Os regimes são intermediários entre os dois casos extremos; ❖ É uma tentativa de atingir objectivos inconciliáveis, autonomia monetária local e estabilidade cambial; ❖ A trajectória da taxa de câmbio é influenciada apesar de não existir compromisso institucional de devotar a política monetária apenas para manter 	<ul style="list-style-type: none"> ❖ O sistema combina os benefícios de flexibilidade e da credibilidade; ❖ Alguns parâmetros chaves podem ajudar a guiar as expectativas do público; ❖ Mudanças nas taxas nominais dentro das bandas podem ajudar a absorver choques internos e externos. 	<ul style="list-style-type: none"> ❖ O sistema tende a ser desestabilizante e sujeitos a ataques especulativos; ❖ O estabelecimento das bandas pode se mostrar arbitrário.

	<p>câmbio fixo;</p> <ul style="list-style-type: none"> ❖ Visa preservar a flexibilidade ao mesmo tempo em que uma orientação da trajectória temporal da taxa de câmbio. 		
Arranjos flutuantes	<ul style="list-style-type: none"> ❖ A taxa de câmbio é determinada pelo mercado; ❖ Os desequilíbrios no balanço de pagamentos são resolvidos pelos mecanismos de preços; ❖ O banco central não realiza intervenções no mercado cambial e não precisa dispor de reservas internacionais; ❖ A política monetária possui maior liberdade. 	<ul style="list-style-type: none"> ❖ As mudanças nas taxas de câmbio possibilitam que a economia se ajuste a choques externos e internos; ❖ O país não precisa dispor de um grande volume de reservas internacionais; ❖ A política monetária é independente; ❖ O regime garante maior flexibilidade para a economia. 	<ul style="list-style-type: none"> ❖ A volatilidade da taxa de câmbio é alta, podendo afectar a alocação de recursos; ❖ Há escopo para a política monetária discricionária e viés inflacionário; ❖ A credibilidade tende a ser reduzida neste sistema.

Fonte: Araújo (2009)

2.9. União monetária

Segundo Araújo (2009), as uniões monetárias são as formações de blocos económicos que utilizam a mesma moeda como meio de pagamento, unidade de medida e reserva de valor. Países da união monetária retiram de circulação as suas moedas nacionais e definem uma moeda única para facultar todas as actividades comerciais dentro da região. Os bancos

centrais dos países membros da união monetária, dissolvem-se e estabelece-se um único banco central que se responsabiliza em controlar as políticas monetárias da região. Estabelece-se também as taxas de câmbio às moedas dos países não membro da união. Giambiagi (1997), menciona as vantagens da formação de união monetária:

- ❖ Maior estabilidade da moeda e dos preços;
- ❖ Aumento dos investimentos tanto nacionais quanto estrangeiros;
- ❖ Redução das taxas de juro;
- ❖ Redução da incerteza cambial;
- ❖ Os custos de transacção no interior da região desaparecem.

2.10. Desvalorização e valorização das taxas de câmbio

Segundo Smith e Todaro (2003), a desvalorização duma moeda refere-se ao aumento de taxa de câmbio estabelecida por banco central para execução de troca entre moedas nacionais e estrangeiras. Já na óptica de Samuelson (2010:551), “a desvalorização acontece quando um país baixa o preço oficial da sua moeda no mercado”. A definição de Smith e Todaro baseou-se na variação da moeda nacional, tendo moeda estrangeira fixada em valor de um, enquanto, por lado do Samuelson, considerou-se as mudanças na moeda estrangeira, tendo moeda nacional fixada em valor de um.

Quando a redução do valor da moeda, resulta-se da sua fraqueza em adquirir produtos nos mercados estrangeiros, considera-se como depreciação¹.

Porém a desvalorização ou depreciação de uma moeda, significa que precisa-se obter mais dessa moeda para poder comprar outras moedas no mercado de divisas.

Segundo Samuelson (2010), a revalorização da moeda acontece quando um país aumenta a sua taxa de câmbio no mercado das divisas. Quando o aumento do valor da moeda resulta-se do seu poder de compra dos produtos nos mercados estrangeiros, considera-se como apreciação².

Quando uma moeda é valorizada ou apreciada significa que, precisa-se de obter menos dessa moeda para poder comprar outras moedas no mercado de divisas.

¹ Smith e Todaro (2003);

²Idem.

2.10.1. Impacto de desvalorização e valorização das taxas de câmbio para o desenvolvimento do turismo.

A desvalorização da moeda de um determinado país, dirige-o ao crescimento das suas exportações, pois, essa política reduz preços dos produtos internos relativamente aos produzidos nos mercados estrangeiros. Segundo Kandil (2004:93), “a depreciação da moeda fará com que as exportações sejam baratas e importações mais caras. Como resultado a competitividade dos mercados estrangeiros aumentará a demanda dos produtos internos e, elevará a produção e preços”.

A desvalorização da moeda, pode-se considerar também como uma política económica agressiva contra os produtos importados dos mercados estrangeiros. Quando um determinado país deprecia o valor da sua moeda em relação às dos outros países, as importações tornam-se mais caras, o que inflaciona preços dos produtos importados.

No caso do turismo, as variações cambiais entre moedas dos países emissores e receptores, possui impactos significantes nos movimentos dos turistas internacionais. Segundo Crompton e Uysal (1984:289) “quando o preço das moedas estrangeiras cai, os turistas aumentam a sua demanda nos serviços turísticos”.

A desvalorização da moeda aumenta os fluxos turísticos uma vez que produtos turísticos tornam-se baratos nos destinos onde se aplicou a desvalorização. Segundo De vita (2014) a desvalorização da moeda de um país, faz com que o turismo receptivo seja menos caro e como resultado aumenta o fluxo turístico. Por outro lado, Mochón (2007:223) afirma que, “se o Brasil depreciasse a sua moeda em relação ao dólar americano, os turistas norte americanos comprariam mais bens brasileiros, pois tornariam relativamente mais barato.” Na sua óptica Lage e Milone (2001:146), afirmam que “se o valor do real³ (R\$) cai relativamente ao dólar⁴ (US\$), as viagens ao exterior tornam-se mais caras e como resultado ocorre uma retracção do turismo emissor e criam-se condições favoráveis para que haja um incremento dos fluxos receptivos no país”.

Por tanto, a desvalorização da moeda nos destinos turísticos, resultará no aumento das chegadas dos turistas e seus gastos, enquanto a aplicação da mesma política nos países emissores, reduzirá a sua emissão dos turistas aos destinos estrangeiros.

³Moeda Brasileira;

⁴Moeda Americana.

Alguns autores, defendem que, a política de desvalorização pode não encaminhar aos resultados esperados, quando se aplica aos países com balança de pagamento desfavorável, onde, as actividades económicas dependem mais das importações vindo dos mercados estrangeiros. Bruno (1979) e Van Wijnbergen (1989) citado por Kandil (2004:86) afirmam que, num país semi-industrializado onde a maior parte das suas matérias-primas vêm dos países estrangeiros, e o país não possui condições para aumentar produção interna da matéria-prima, a desvalorização da moeda resultará à elevação dos custos de produção. Por outro lado Smith e Todaro demonstram que:

A desvalorização tem efeitos imediatos no aumento dos preços dos bens importados em termos da moeda local [...]. Se, por resultado do aumento de preços, os trabalhadores domésticos procuram manter valor real do seu poder de compra, eles iniciarão as demandas do aumento de salário e ordenados. Se essas demandas forem admitidas, aumentarão os custos de produção e como resultado, os preços dos bens e serviço levar-se-ão o que criará inflação. (Smith e Todaro 2003:574).

A valorização da moeda de um determinado país, diminui as exportações dos produtos nacionais aos mercados estrangeiros e, permite o aumento das importações dos produtos vindo dos mercados estrangeiros. Segundo Smith e Todaro (2003:573), “para incentivar a produção interna a partir da importação dos bens intermediário e capital barato, as taxas de câmbio tem sido sobrevalorizado”. A política da valorização de moeda faz com que as exportações tornem mais caras e, reduz-se os preços das importações nos termos da moeda local.

No caso do turismo receptivo, a valorização da moeda de um determinado país, aumenta preços relativos dos produtos oferecidos nos destinos turísticos. Por essa razão, pode haver redução nos fluxos receptores desse país, pois, os turistas optarão aos destinos que oferecem os mesmos produtos mas com preços relativamente baixo. Segundo De vita (2014), a valorização da moeda fará com que o turismo receptivo torna-se relativamente caro, e como resultado reduzirá os fluxos receptores.

No caso do turismo emissor, a valorização da moeda de um determinado país, aumenta o poder de compra dos turistas que gostariam de se deslocar para os destinos estrangeiros. Por essa razão, pode se notar o aumento dos fluxos emissores, pois, os turistas serão capaz de adquirir mais produtos estrangeiros. Segundo OMT (2001:61), “uma forte relação da moeda do país emissor com dólar favorece a demanda turística em direcção aos países de destinos com moedas mais fracas que o dólar”.

2.11. Impacto das taxas fixas, flutuantes e união monetária para o desenvolvimento do turismo

Segundo Ruane (2014), a volatilidade das taxas de câmbio influencia na decisão de compra feita por turistas, e quanto menos for a flutuação das taxas de câmbio, maiores os fluxos turísticos. Quando um país receptor fixa as suas taxas de câmbio com os seus emissores, estimula-se os movimentos turísticos, pois, reduz a complexidade da determinação dos preços cobrados nos destinos. Mas, quando o país receptor adopta uma taxa de câmbio flexível, os operadores turísticos assim como os próprios turistas enfrentam complexidade na determinação dos preços cobrados nos destinos, o que pode reduzir relativamente os movimentos turísticos. Segundo Agiomirgianakis *et al* (2014), quando as taxas de câmbio nos destinos turísticos são muito voláteis, os turistas podem preferir cancelar as suas viagens ou visitar outros destinos com estabilidade cambial. Os operadores turísticos também preferem vender mais os seus pacotes aos destinos com taxas de câmbio estáveis.

O uso da moeda única, favorece o desenvolvimento do turismo por reduzir os custos das actividades turísticas. Segundo De vita (2014:230), “a demanda turística responde positivamente à moeda única por causa da ausência dos custos de câmbio e a eliminação da incerteza associada pela volatilidade das taxas de câmbio.” Conforme os dados da Organização Mundial de Turismo⁵, os maiores fluxos emissores e receptores encontram-se na união europeia, onde se aplica moeda única de euro, o que facilita os fluxos turísticos:

Com a criação do euro desaparecem os riscos de flutuação e as despesas de câmbio e não só se reforça o mercado único, como é também a cooperação entre Estados membros, tendo em vista assegurar a estabilidade da moeda e da economia, em benefício de todos. Com o euro, há maior possibilidade de escolhas e preços para os cidadãos, maior oportunidade para as empresas, maior estabilidade e crescimento económico (Bekenn *et al* 2012:31).

Nas regiões da união monetária, as incertezas financeiras são reduzidas, o que estimula o crescimento dos investimentos económicos. Segundo a comissão europeia (2012)⁶, a aplicação da moeda única incentiva às empresas a investir mais, pois, cria taxas de juros estáveis e, ausência de despesas de câmbio liberta capital para investimentos produtivos.

Por essa razão, pode incentivar os investimentos na área turística pois os investidores teriam condições favoráveis para captação do capital como aquisição de empréstimo sob as taxas de

⁵ UNWTO Tourism highlights 2015

⁶Relatório de comissão europeia - 2012

juros estáveis e poder de adquirir fundos de investimentos nos bancos estrangeiros que se encontram dentro da união monetária.

3. EXEMPLOS DOS EFEITOS DAS POLÍTICAS CAMBIAIS PARA DESENVOLVIMENTO DO TURISMO.

Esta parte apresenta três casos onde o primeiro demonstra as vantagens da união monetária no crescimento dos fluxos receptores, o segundo trata dos resultados positivos de desvalorização nas chegadas turísticas nos destinos receptores e o último, demonstra as consequências negativas da desvalorização da moeda nos destinos receptores.

1. Impacto do Euro na indústria do turismo em Eslovénia

O uso do Euro tem impactos positivos no crescimento dos fluxos turísticos dentro dos países membros da união monetária europeia. O uso dessa moeda facilitou as viagens turísticas por eliminar as flutuações cambiais e custos de transacção e, aumentou transparência nos preços e competitividade dos destinos.

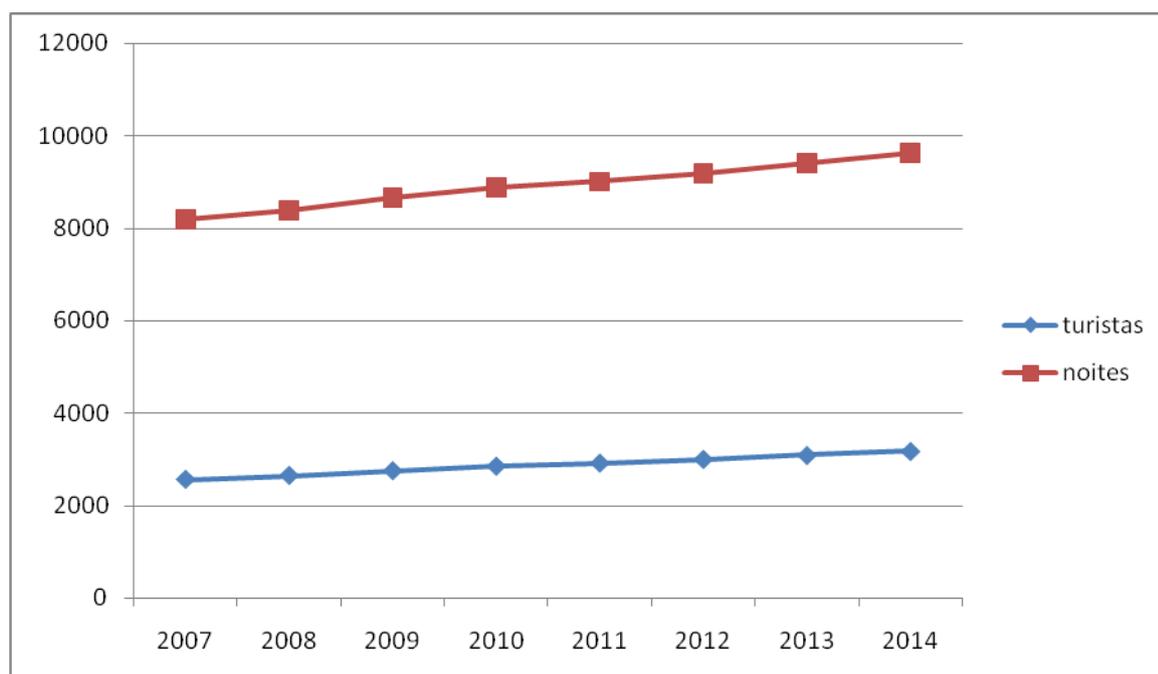
Eslovénia adoptou a moeda euro em Janeiro de 2007, sendo o 13º país a entrar na zona de euro. A entrada de Eslovénia na zona de euro, estimulou crescimento das chegadas turísticas vindo dos países membros dessa união. Os maiores mercados emissores de Eslovénia são Alemanha, Áustria e Itália, ambos sendo membros da zona de euro⁷.

Segundo Bojnec e Rudez (2008), os turistas da união monetária europeia que visitaram Eslovénia após a introdução de euro, foram influenciados por eliminação dos riscos e flutuações cambiais e, facilidade de comparabilidade dos preços em Eslovénia e outros destinos europeus. As chegadas turistas em Eslovénia e número de dias que pernoitaram, tiveram um crescimento linear desde 2007, ano que se introduziu a moeda euro⁸.

O gráfico abaixo mostra o crescimento das chegadas turísticas e número dos dias que os turistas estrangeiros pernoitaram em Eslovénia de 2007 ao 2014.

⁷Ministry of the Economy - Slovenia

⁸ Development plan and policies of Slovene tourism 2007 - 2011

Gráfico 1: Chegadas e noites dos turistas em Eslovénia.

Fonte: Ministério da economia de Eslovénia, adaptado por autor

2. Depreciação do real e chegadas dos turistas em Brasil no ano 2013

Em 2013, Brasil sofreu um considerável processo de desvalorização em relação ao dólar, tendo saído de uma máxima de R\$ 1,947 em 8 de Março de 2013 para uma mínima de R\$ 2,4512 em 21 de Agosto de 2013 (25,64%). A desvalorização da moeda brasileira também se deu em relação ao euro (28,45% no mesmo período) e à libra esterlina (32,41). A principal razão da desvalorização da moeda brasileira em relação ao dólar, euro e libra foi a estabilidade económica em EUA, Reino Unido e países da zona euro respectivamente⁹.

A desvalorização da moeda brasileira estimulou as chegadas turísticas no ano 2013, segundo os dados de UNWTO (2015), houve o aumento de 2,4% das chegadas dos turistas internacionais, comparando com o ano anterior. Nos 10 principais países emissores para o Brasil em 2013, os seis eram países que se beneficiaram com a depreciação do real¹⁰, sendo EUA, Reino Unido e quatro países da zona euro (Itália, França, Espanha e Alemanha) e, construíram 28% de todas as chegadas internacionais¹¹.

⁹Gusmão (Jornal brasileiro).

¹⁰Moeda brasileira

¹¹Ministério do Turismo de Brasil citado por Merllo (2014).

O quadro abaixo demonstra os dez principais países emissores ao Brasil (2012 – 2013).

Quadro 3: chegadas turísticas no Brasil

2012			2013		
Posição	País	Turistas	Posição	País	Turistas
1	Argentina	1.671.604	1	Argentina	1.711.491
2	EUA	586.463	2	EUA	592.827
3	Alemanha	258.437	3	Paraguai	268.932
4	Uruguai	253.864	4	Chile	268.203
5	Chile	250.586	5	Uruguai	262.512
6	Paraguai	246.401	6	Alemanha	236.505
7	Itália	230.114	7	Itália	233.243
8	França	218.626	8	França	224.078
9	Espanha	180.406	9	Espanha	169.751
10	Portugal	168.649	10	Reino Unido	169.732

Fonte: Ministério do Turismo no Brasil adaptado por Merllo (2014).

3. Depreciação de Metical e chegadas turísticas em Moçambique no ano 2015

No ano 2015 Moçambique acompanhou a queda do valor da sua moeda em relação às estrangeiras principalmente o dólar americano, euro e o rand sul-africano. Conforme o relatório anual do Banco Central de Moçambique¹²:

Em 2015, o metical teve um comportamento padrão em relação às principais moedas transaccionadas no mercado cambial doméstico, [...], mantendo uma tendência de depreciação ao longo do ano. Efectivamente, no mercado cambial interbancário, o dólar dos EUA esteve cotado a 44,95 meticais (31,60 meticais em Dezembro de 2014), cifra que corresponde a uma depreciação anual da moeda nacional de 42,25%, sendo que este valor alcançou maior variação anual (73,10%) em Novembro quando o dólar dos EUA esteve cotado a 54,06% meticais.

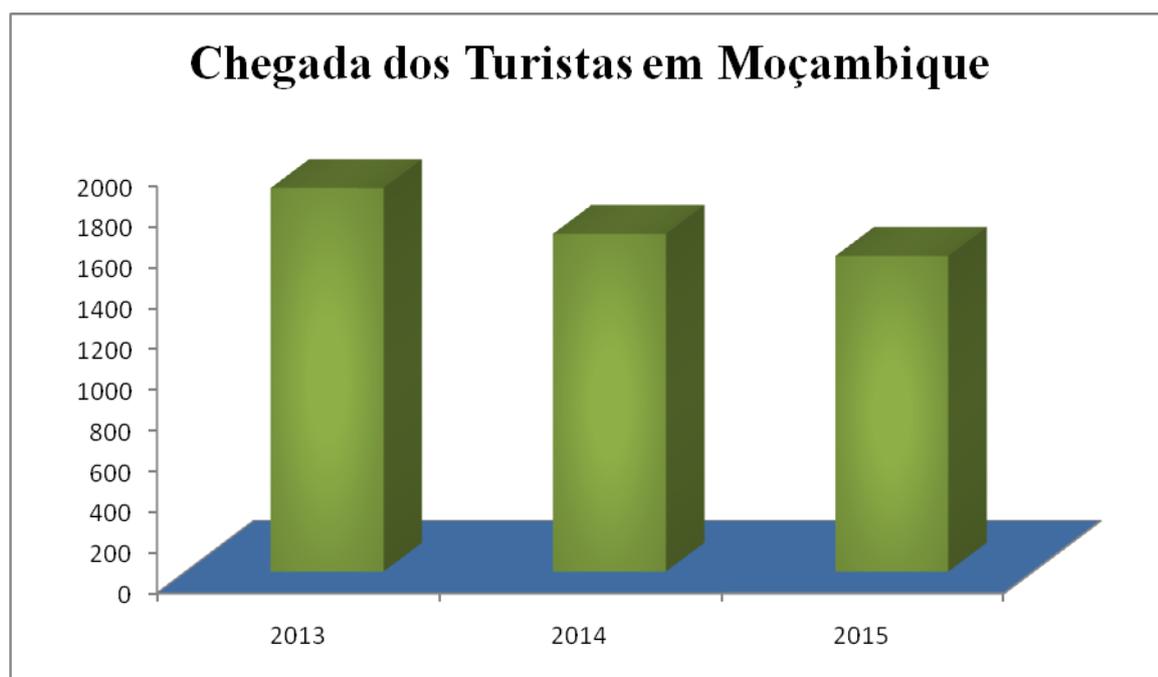
Na óptica dos autores da economia do turismo, a depreciação da moeda faria com que o turismo receptivo torne-se mais barato o que aumentaria os fluxos receptivos. Mas no caso de Moçambique foi o contrário, com a depreciação da moeda moçambicana no ano 2015, ainda os fluxos receptivos baixaram-se. Segundo os dados da Organização Mundial do Turismo,

¹²Relatório Anual do Banco de Moçambique - 2015

OMT (2015), as chegadas turísticas internacionais em Moçambique no ano 2015 reduziram-se por 6,6% comparando com as chegadas do ano precedente.

O gráfico abaixo demonstra o decréscimo das chegadas turísticas em Moçambique de 2013 ao 2015.

Gráfico 2:



Fonte: UNWTO (2015)¹³ Adaptado por Autor.

No ano 2015, a economia de Moçambique apresentou uma balança de pagamento desfavorável por importar cerca de 7576,6 milhões de dólar enquanto, as exportações foram cerca de 3413,3 milhões de dólares¹⁴. Com essa razão; a economia Moçambicana no ano 2015, dependeu-se mais dos produtos estrangeiros comparando com os nacionais, o que elevou a demanda da moeda estrangeira. Com a depreciação da moeda moçambicana no ano 2015, o poder aquisitivo de Moçambique nos mercados estrangeiros baixou-se, o que elevou os custos de produção nas actividades económicas e, como resultado, os preços dos bens e serviços inflacionaram-se. Conforme Instituto Nacional de Estatística (2016), em 2015, Moçambique registou um aumento de preços na ordem de 10,55%, mais 8,62pp relativamente a 2014.

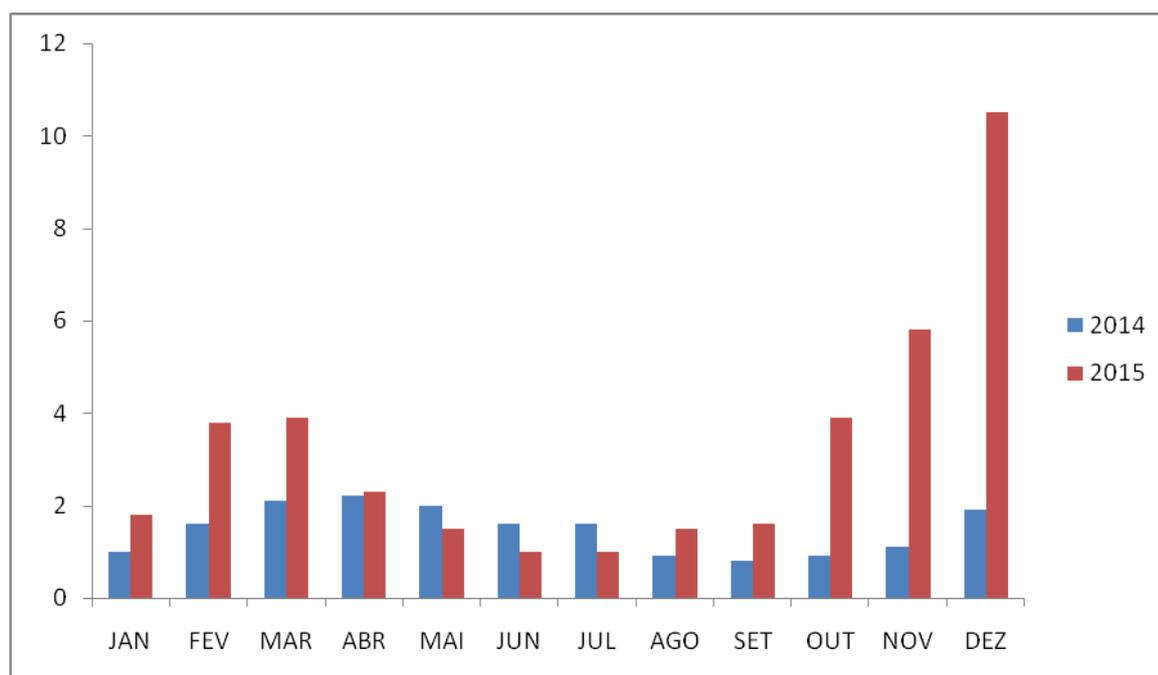
¹³UNWTO – Tourism Highlights (2015).

¹⁴Relatório de balança de pagamento de Moçambique - 2015

Com a inflação dos preços, os custos de passar férias em Moçambique permaneceram altos, por tanto, a depreciação não estimulou as chegadas turísticas.

O gráfico abaixo, demonstra inflação dos preços de bens e serviços e Moçambique nos anos 2014 e 2015.

Gráfico 3: Inflação dos preços em Moçambique (2014 – 2015)



Fonte: INE (2016).

4. CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÃO

4.1. Conclusão

Esta monografia teve como objectivo compreender a influência das políticas cambiais para o desenvolvimento do turismo; relacionando diversas sistemas de fixação das taxas de câmbio com as variações dos fluxos turísticos nos países emissores e receptores.

As taxas de câmbio foram classificadas na base da sua fixação das mais fixas às mais flutuantes, considerando também a união monetária como um arranjo fixo de determinação das taxas de câmbio. Tocou-se também as políticas de desvalorização e valorização da moeda por fazerem parte das políticas cambiais.

O trabalho demonstrou que a política de desvalorização da moeda estimula as chegadas dos turistas internacionais nos países desenvolvidos com economia independente, pois, o poder de compra da moeda dos países emissores aumenta-se e, o turismo receptivo nesse determinado destino torna-se mais barato. No caso dos países em via de desenvolvimento caracterizados por uma economia dependente, a desvalorização da moeda pode inflacionar os preços dos bens e serviços e, não estimular os fluxos turísticos receptores nesse determinado destino.

O trabalho demonstrou também a vantagem dos arranjos fixos em incentivar o desenvolvimento do turismo uma vez que os turistas optariam mais os destinos que fixam as suas taxas de câmbio com os seus mercados emissores pois esse regime elimina as incertezas nos gastos do turista sendo criado pelas incertezas cambiais. Demonstrou também que a união monetária reduz os custos de viagem dos turistas por eliminar custos de transição da moeda e as incertezas financeiras e permite os turistas a perceber a competitividade dos preços nos diversos destinos localizados dentro da união monetária.

4.2. Recomendação

Pode-se considerar que, para estimular as chegadas turísticas internacionais num determinado país, pode-se aplicar a política de desvalorização da moeda, o que fará com que o destino torne-se mais barato e aumente-se a sua competitividade em relação aos outros destinos. Mas essa política, não é aconselhável aos países com uma economia dependente onde a maior parte das suas matérias-primas vêm dos mercados estrangeiros pois, a política de desvalorização reduzirá o poder de compra da moeda nacional nas importações feitas, por essa razão os custos de produção aumentará e como resultado, os preços dos bens e serviços inflacionarão.

Para o desenvolvimento do turismo, é aconselhável também, a criação de união monetária nas regiões das cooperações internacionais pois, estimula o movimento dos turistas dentro da região monetária. Também a união monetária fortalece as políticas económicas da região, o que reduz as incertezas financeiras e aumenta competitividade dos países membros da união contra os não membros.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Agiomirgianakis, G; Serenis, D. & Tsounis, N. (2014). *Exchange Rate Volatility and Tourists Flows into Turkey*. Journal of Economic Integration, Vol. 29. No. 2.
2. Araújo, E. (2009). Volatilidade Cambial e Crescimento Económico em Economias em Desenvolvimento e Emergentes. *Associação Keynesiana Brasileira*.
3. Bekken, A. E; Fiorini, G; Aguiar, L; et al (2012). União Europeia: um fim ou novo começo. *Caderno de relações internacionais*, vol. 6; No. 2.
4. Bruno, M. (1993). Stabilization and Stagflation in a Semi-Industrialized Economy; in *International Economic Policy*, eds. By R. Dornbusch and J. Frankel, John Hopkins University Press, Baltimore MD.
5. Crompton, J. & Uysal, M. (1984). Determinants of demand for international tourist flows to Turkey. *Tourism Management*. Pp 288 – 297.
6. Cunha, L. (2013). *Economia e Política do Turismo*. 3ª Edição. Lisboa: Lidel.
7. Dencker, A. M. (2002). *Métodos e Técnicas de Pesquisas em Turismo*: São Paulo, Futura.
8. De vita, G. (2014). The long-run impact of exchange rate regimes on international tourism. *Tourism Management*, vol. 45. Pp 226 – 233.
9. Dos Reis, P. M. (2006). A taxa de câmbio e turismo no Brasil. Brasília. (trabalho apresentado em cumprimento às exigências acadêmicas parciais do curso de pós-graduação lato sensu em economia para o turismo para obtenção do grau de especialista).
10. Giambiagi, F. (1997). Uma proposta de unificação monetária dos países do Mercosul. *Revistade Economia Política*, vol. 17.
11. Gil, A. C. (1999). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*, São Paulo: Atlas.
12. Ignarra, L. R. (2003). *Fundamentos do Turismo*. 2ª Edição. São Paulo: Thomson.
13. INE (Instituto Nacional de Estatística) 2016. Anuário Estatístico de Economia. Maputo. Disponível em: <http://www.ine.gov.moz/> (consultado em 30 de Outubro de 2016).
14. Kandil, M. (2004). Exchange Rate Fluctuations and Economic Activity in Developing Countries: Theory and Evidence. *Journal of Economic Development*, vol. 29.
15. Lage, H. G. & Milone, C. P. (2001). *Economia do Turismo*, São Paulo: Atlas.

16. Mahmoudinia, D; Soderjani, S.E. & Pourshahabi, F. (2011). Economic Growth, Tourism Receipts and Exchange Rate in MENA zone: Using Panel causality Technique. *Iranian Economic Review*, Vol. 15. No. 29.
17. Mathieson, A. & Wall, G. (1982). *Tourism: Economic, Physical and Social Impacts*. London: Longman.
18. Marcolino, C. L. (2015). Taxa de Câmbio e Desenvolvimento Económico. *Faculdade ASCES*.
19. Merllo, C. M; Pinent, A. M & Carvalho, L. (2014). Fluxo Turístico Internacional: A Evolução na Última Década.
20. Mochón, F. (2007). *Princípios de Economia*. São Paulo: Pearson.
21. Montejano, M. J. (2001). *Estrutura do Mercado Turístico*. 2ª Edição. São Paulo: Roca.
22. Motomura, O. (1990). Megatrends 2000. *In: Naisbit e Aburdene*. São Paulo: Amanakey.
23. Organização Mundial do Turismo. (2001). *Introdução ao Turismo*, São Paulo: Roca.
24. Rossetti, J. P. (2002). *Introdução à Economia*. 19ª Edição. São Paulo: Atlas.
25. Ruane, M. C. (2014). Exchange Rates and Tourism: Evidence From the Island of Guam, *Journal of Economic and Economic Education Research*. Vol. 15. No. 2.
26. Rudez, N. H. & Bojnec, S. (2007). Impacts of the Slovenian Tourism Industry. *Managing Global Transitions*, Vol. 6. No. 4. Pp 445 – 460.
27. Ruschmann, D. (1997). *Turismo e Planeamento Sustentável*. 11ª Edição. São Paulo: Papyrus.
28. Samuelson, P. A. & Nordhaus, D. W. (2010). *Economia*. 19ª Edição. Nova York: McGraw-Hill.
29. Smith, C. P. & Todaro, P. M. (2003). *Economic Development*. 8ª Edição. Edinburgh: Addison.
30. Swarbrooke, J. & Horner, S. (2002). *O comportamento do Consumidor no Turismo*, São Paulo: Aleph.
31. Van Wijnbergen, S. (1989). Exchange rate Management and Stabilization Policies in Developing Countries. *Journal of Development Economics*, Vol. 23. Pp 227 – 247.
32. Yap, G. (2011). Examining the effects of exchange rates on Australian domestic tourism demand: *A panel generalized least squares approach*.